

## **Quem representa o Sertão brasileiro? A formação política e partidária das cidades de Juazeiro/BA e Petrolina/PE ao longo dos anos**

Simone Piletti Viscarra<sup>1</sup>

Recebido em: 06/01/2024

Aprovado em: 20/02/2024

**Resumo:** Para o Democracy Index (The Economist, 2006-2016), o Brasil é uma democracia híbrida devido à relação estabelecida entre cidadãos e seu sistema político institucional. É via partidos que se executa a competição eleitoral, a articulação e a agregação de interesses dos cidadãos e a legitimação do poder junto à sociedade. Considerando isso, o objetivo é analisar como o voto dos eleitores das cidades de Petrolina/PE e Juazeiro/BA se configuram entre 1988 e 2016. Para isso se avaliam as seguintes variáveis por eleição: partidos com candidatos registrados para prefeito, resultados eleitorais partidários para prefeito, para governador e para presidente. Ademais, está prevista a agregação de dados econômicos e demográficos, como PIB, IDH, população e escolaridade. Assim, a partir desse somatório de elementos será possível avaliar como tais eleitores votaram para prefeito, para governador e para presidente, sendo que, na atual etapa da pesquisa, é possível adiantar algumas dessas avaliações.

**Palavras-chave:** Eleição; Democracia; Partidos Políticos; Brasil; Qualidade democrática.

### **¿Quién representa al Sertão brasileiro? La formación política y partidaria de las ciudades de Juazeiro/BA y Petrolina/PE a lo largo de los años**

**Resumen:** Según el Democracy Index (The Economist, 2006-2016), Brasil es considerado una democracia híbrida debido a la relación establecida entre los ciudadanos y su sistema político institucional. A través de los partidos se lleva a cabo la competencia electoral, la articulación y la agregación de intereses de los ciudadanos, así como la legitimación del poder ante la sociedad. Considerando esto, el objetivo es analizar cómo se configuran los votos de los electores de las

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Brasil. Contato: [simone.viscarra@univasf.edu.br](mailto:simone.viscarra@univasf.edu.br). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8279-5980>. Essa pesquisa teve apoio dos editais BIA UNIVASF N° 02/2021 (Bolsista Bianca Batista Soares) e do BIA UNIVASF n.º 02/2020 (Bolsista Fernanda Emanuela Gomes Gonçalves).

ciudades de Petrolina/PE y Juazeiro/BA entre 1988 y 2016. Para ello, se evalúan las siguientes variables en cada elección: partidos con candidatos registrados para alcalde, resultados electorales partidarios para alcalde, gobernador y presidente. Además, se prevé la agregación de datos económicos y demográficos, como el PIB, IDH, población y educación. Así, a partir de la suma de estos elementos, será posible evaluar cómo votaron estos electores para alcalde, gobernador y presidente. En la actual etapa de la investigación, se pueden adelantar algunas de estas evaluaciones.

**Palabras-clave:** Elección; Democracia; Partidos Políticos; Brasil; Calidad democrática.

### **Who represents the Brazilian Sertão? The political and party formation of the cities of Juazeiro/BA and Petrolina/PE over the years**

**Abstract:** According to the Democracy Index (The Economist, 2006-2016), Brazil is considered a hybrid democracy due to the relationship established between citizens and its institutional political system. Electoral competition, articulation, aggregation of citizens' interests, and the legitimation of power within society are carried out through political parties. In light of this, the objective is to analyze how the votes of voters in the cities of Petrolina/PE and Juazeiro/BA have evolved between 1988 and 2016. This analysis includes evaluating the following variables for each election: parties with registered candidates for mayor, party electoral results for mayor, governor, and president. Additionally, the aggregation of economic and demographic data, such as GDP, HDI, population, and education, is planned. Thus, through the combination of these elements, it will be possible to assess how these voters voted for mayor, governor, and president. Some preliminary findings of these assessments are anticipated in the current stage of the research.

**Keywords:** Election; Democracy; Political Parties; Brazil; Democratic Quality.

### **Introdução**

A região do rio São Francisco que toca o sertão é descrita pela primeira vez em 1535, quando a coroa a divide. O que hoje pertence ao estado de Pernambuco, foi doada à Duarte Coelho (Dourado, 1983) e ao lado baiano, em 1549, para o influente comerciante e importador de escravos Garcia D'Ávila (Gomes, 2019). Todavia, a colonização dos “sertões” começa de fato em meados de 1553 com a chegada dos Jesuítas e quando se inicia o povoamento que hoje compreende a cidade de Juazeiro (Dourado, 1983).

Desde o começo, o desenvolvimento dessas duas localidades segue de maneira distinta. Separadas pelo rio São Francisco, Petrolina, no Estado de Pernambuco, é comandada há sete décadas por uma das oligarquias mais longevas no Brasil, a família Coelho. Na outra margem do rio, no Estado da Bahia, está Juazeiro, que apresenta uma

história política mais diversa, com alguma alternância de poder político, mas que na eleição de 2020 demonstrou também possuir “certa” tradição política familiar.

A necessidade de atenção à política destas duas cidades se deve a sua expressividade populacional, eleitoral e econômica atual. Em termos populacionais, elas têm, juntas, aproximadamente 600 mil habitantes. Em âmbito econômico, tais municípios compõem o foco central da Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento Social (RIDE) do Polo Petrolina-Juazeiro<sup>2</sup>, criada pelo Ministério do Desenvolvimento Social em 2001, para fortalecer o crescimento econômico e desenvolvimento infraestrutural da região (ALMEIDA, VISCARRA, 2020). Segundo Lima e Sousa (2017) o RIDE Juazeiro-Petrolina é um relevante exportador de frutas, sendo que dentre as cidades que o compõem, Juazeiro é a que mais produz. Adicionalmente, das cidades do Vale do São Francisco, Juazeiro é a mais industrializada, devido ao seu DISF (Distrito Industrial do São Francisco). Com relação ao PIB, o de Juazeiro tem aumentado constantemente, com um valor que praticamente duplica entre 2010 e 2019 (PNUD, 2019). Ao mesmo tempo que ela é hoje a sexta maior cidade do seu estado, com 218.162 habitantes, possui o quinto maior eleitorado, e uma qualidade de vida mediana, com um IDHM de 0,677 (PNUD, 2010). Já Petrolina, com números maiores, possui uma população estimada em 394.145 habitantes (IBGE, 2019), o 7º maior PIB de Pernambuco (IBGE, 2016) e é a sétima maior cidade do seu estado. Seu IDH é elevado (0,697), superando o da região Nordeste (0,663) (IBGE, 2016). Além disso, possui um eleitorado de 214.632, o 5º maior do seu estado.

Ou seja, o objeto desta investigação diz respeito à duas cidades de médio porte e economicamente relevantes em termos locais e nacionais. Importância essa que se intensifica ao se considerar as cidades em seu entorno, caracterizadas como zonas de baixo desenvolvimento econômico e social. Assim, marcadas pela dependência de programas governamentais e baixa estrutura em termos de saúde e educação, tornam-se dependentes de Juazeiro e Petrolina em diversos aspectos, inclusive o político. Todavia, mesmo com esse cenário, há uma carência de informação sobre a formação e consolidação política desses dois municípios.

---

<sup>2</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/D10296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10296.htm)

A respeito de Juazeiro os textos são, na sua maioria, anteriores à 1990, e predominantemente produzidos por autores independentes e/ou não acadêmicos. Para Petrolina, a dimensão é inversa: são raros os estudos sobre seu passado, havendo um conjunto mais robusto de análises sobre sua política atual, pós 1988. Considerando isso, este estudo se materializa em termos de cobrir tais lacunas e produzir um “raio x” sobre como a política das duas principais cidades do sertão brasileiro se solidifica. Para isso, a metodologia análise se estrutura em dois momentos.

O primeiro momento trata da formação das cidades até 1988, empregando uma análise bibliográfica e, quando possível, dados eleitorais oficiais. Aqui será considerado as seguintes fases: i) da formação das cidades até 1930 (Império à Primeira República); ii) de 1930-1945 (Governo Provisório até o fim do Estado Novo, 1930-1945); iii) momento entre golpes (1945-1964), quando a Justiça Eleitoral assume o processo eleitoral, partidos se registram<sup>3</sup> e se estabelece um critério ideológico-partidário que proíbe grupos contrários à democracia; iv) do golpe militar de 1964 à constituição de 1988, quando valores democráticos são suprimidos, dois partidos são organizado (a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), pró-governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição controlada; abertura gradual quando, em 1978, se libera a organização de novas legendas e partidos e da promulgação da constituição de 1988.

No segundo momento, o foco será o pós 1988, quando serão analisados os resultados eleitorais partidários para prefeito considerando os dados partidários para governador e para presidente. Desse modo, descreve-se, de forma comparada, como as duas cidades se estruturam politicamente em dias atuais e em comparação com seu passado.

Em relação às informações políticas oficiais (ocupação de cargos e partidos) e aos dados eleitorais, esses foram coletados junto às prefeituras, aos museus locais, do TSE e do TRE (isso inclui 14<sup>4</sup> atas eleitorais oficiais da cidade de 1947 a 1992, sendo algumas digitalizadas a pedido da pesquisa). Dessa maneira, será possível compreender, longitudinalmente, a formação política das cidades de Juazeiro e Petrolina considerando

---

<sup>3</sup> Quadro partidário disponível em: FLEISCHER, David. Os partidos políticos. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. Sistema Político Brasileiro: uma introdução. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2007. p. 303-348.

<sup>4</sup> Anos das atas: 1947, 1950, 1954, 1958, 1960, 1962, 1966, 1970, 1972, 1976, 1982, 1985, 1988 e 1992.

tanto a sua história escrita (contada e relatada), como aquela retratada nos dados eleitorais.

### **Nas sombras do “Juazeiro”**

Inicialmente, conhecida como Passagem de Juazeiro ou Joazeiro e, depois, Nossa Senhora das Grotas de Juazeiro, a cidade hoje conhecida apenas como Juazeiro é elevada a essa categoria em 1878. Sua base social inicial é formada por povos originários, intensa catequização e administração territorial por parte da igreja católica e desenvolvimento comercial rápido. Logo na chegada dos colonizadores ao Brasil, foi traçada uma rota entre essa localidade e Salvador, responsável pela chegada de produtos e serviços para o interior de Pernambuco e do Piauí (Dourado, 1983; Sena, 1992). Outro ponto era a proximidade com o rio São Francisco, que numa região de extrema seca, permitiu a materialização de grandes latifúndios e, mais recente, de desenvolvimento hídrico e elétrico da região.

Em 1609 a localidade de frondosos “Juazeiros”, árvore típica da caatinga, a beira do rio já era conhecida. Entre 1630 e 1654 as batalhas para expulsar os holandeses do Brasil estagnaram o processo de colonização local e, apenas, em 1655 o progresso socioeconômico voltou a ser favorável para a localidade. Nesse momento, a coroa portuguesa destina recursos e pessoas para organizar as margens navegáveis do Rio São Francisco, fortalecendo na região os Garcia d'Ávila, Casa da Torre, e Antônio Guedes de Brito, Casa da Ponte. Devido aos constantes combates com as comunidades nativas, o povoamento não foi pacífico (Dourado, 1983; Sena, 1992). Mesmo assim, o assentamento populacional e o comércio se ampliam tornando “Passagem do Juazeiro” ou “Juazeiro Velho” ainda mais conhecida (Dourado, 1983).

Em 1766 a região se torna um aglomerado populacional organizado em freguesias que em março de 1833 é elevada à categoria de Vila (Dourado, 1983). Para 1834 a localidade possuía câmara de vereadores, unidade da guarda nacional, sistema judicial, algum sistema educacional (católico), serviço de receita fiscal, agência postal e um orçamento público para o amparo dos pequenos agricultores. Esse desenvolvimento

quase contínuo<sup>5</sup> fortalece sua elite e faz com que em 1871 a vila de Nossa Senhora das Grotas de Juazeiro, com 8 mil habitantes, ganhe atenção do governo imperial. Assim, em 1878<sup>6</sup>, Juazeiro é elevada à categoria de cidade (Sena, 1992).

Em termos políticos, a cidade nasce de forma elitista. Juazeiro, como característico do regime imperial brasileiro (Carvalho, 2006), se estrutura numa política fechada e burocratizada, devido aos cargos públicos criados na região. No que tange a sua elite, existia na região um grupo de famílias dominantes, praticamente a mesma que dominava o comércio e a agricultura. Segundo Dourado (1983), eram as principais famílias desse momento: Duarte, Lopes de Almeida, Moniz, Moraes, Costa Lima, Cavalcanti, Silva, Martins, Duarte, Souza, Amorim, Vieira, Viana e os Coelhos# (sendo estes últimos vindos do Piauí). Outra descrição da elite política e econômica é feita por Chilcote (1991) que descrevia as famílias mais importantes entre 1834-1890 sendo: Amorim, Barbosa, Costa, Duarte, Oliveira, Araújo, Ferreira, Pereira e Melo, Silva, Souza, e Viana, sendo as de maior destaque político a Duarte, Ferreira, Melo e Pereira (reunidas via casamento), Silva e Souza, pois ocupavam mais de 40% dos cargos políticos desse período. Ou seja, nenhuma obtinha o monopólio exclusivo da política e da economia local (Chilcote, 1991).

Os cargos legislativos e executivos locais surgiram em 1873, deste ano até 1877, o presidente da câmara foi o Cel. João Evangelista Pereira e Melo, membro da elite política e econômica local (Baracui, 2014). Em relação aos grupos locais, segue a relevância da igreja católica, que travava embates com a câmara municipal por conta da administração das terras doadas pelo império e que agora eram requisitadas pelo governo municipal (Sena, 1992). Para elucidar a política inicial de Juazeiro apresenta-se a tabela abaixo.

---

<sup>5</sup> Outra importância foi a construção da estrada de ferro até Salvador, iniciada 1856 e pronta por completo apenas em 1892 (Cunha, 1978). Foi inaugurada em 24 de fevereiro de 1896, quando Juazeiro já estava na categoria de cidade. A estrada de ferro é considerada uma das, senão a mais importante obra que influenciou diretamente no desenvolvimento do município.

<sup>6</sup> Lei n.º 1.814 de 15 de julho de 1878.

**Tabela 1 - Prefeitos de Juazeiro-BA, 1873-1930**

Mandato	Prefeito	Família	Tipo de mandato	Partido
***1873-1877	Cel. João Evangelista Pereira e Melo	**Pereira e Melo	NI	NI
***1877-1881	Francisco Martins Duarte	**Duarte	NI	NI
***1881-1883	Francisco Ferreira	**Ferreira	NI	NI
***1883-1887	Francisco Martins Duarte	**Duarte	NI	NI
***1887-1890	Benevides Moreira de Prado	NI	NI	NI
*1890-1892	Francisco Martins Duarte	**Duarte	NI	NI
*1892-1896	Ramiro Ribeiro	**Ribeiro	**Eleito	NI
*1896-1900	Henrique José da Rocha	NI	**Eleito	NI
*1900-1904	Dr. Antônio da Cunha Melo	**Pereira e Melo	NI	NI
*1904-1908	Dr. José Inácio da Silva	**Silva	**Eleito	NI
*1908-1912	Ramiro Ribeiro	**Ribeiro	**Eleito	NI
*1912-1923	Aprígio Duarte Filho	**Duarte	**Eleito	NI
**Jan de 1924 - Maio	**Tito Nunes de Souza	NI	**Sucessor de Aprígio Filho	NI
*1924-1926	Adolfo Viana	**Viana	**Eleito	NI
*1926-1928	Leônidas Torres	NI	**Sucessor de Adolfo Viana	NI
*1928-1930	Miguel Lopes de Siqueira	**Siqueira	**Nomeado	NI

Fonte: \*Prefeitura Municipal de Juazeiro Bahia.

\*\*Livro "Transição capitalista e a classe dominantes no Nordeste" de Ronald H. Chilcote.

\*\*\*Livro "Desfolhando árvores: histórias e genealogia de famílias nordestinas" de Célia M° de Siqueira Cavalcante.

Sem um órgão regulador externo predomina a ausência de diversas informações eleitorais, que até 1930 eram responsabilidade dos estados e municípios, e, na maioria das vezes, organizadas com o apoio da igreja (Nicolau, 2012). Outro fator é a ausência de informações sobre partidos políticos. O município começa sob o comando de Cel. João Evangelista Pereira e Melo e seu primeiro prefeito é Francisco Martins Duarte que fica pouco tempo no cargo, quando assume Francisco Ferreira. Após 2 anos, Francisco Martins Duarte volta ao cargo. Em 1887 Benevides Moreira de Prado, um dos poucos prefeitos cujo sobrenome não pertencia a uma família tradicional local, assumiu a prefeitura. Durante seu mandato o Brasil passou de regime imperial para republicano, que para Juazeiro não acarretou em mudanças. Em 1890, Francisco Martins Duarte volta pela terceira e na sequência, em 1892, Ramiro Antônio Ribeiro, da tradicional família Ribeiro, é candidato único e assume a prefeitura (Chilcote, 1991). Aparentemente, sem pertencer a uma família tradicional, o coronel Henrique José da Rocha chega à prefeitura.

Sem informação sobre o processo eleitoral, o Dr. Antônio da Cunha Melo, da família Pereira e Melo, chega ao cargo. Nas eleições de 1903 houve disputa entre Inácio da Silva, oposição à família Pereira e Melo e o candidato da família Melo. Ambos se declararam eleitos e após 6 meses o legislativo estadual reconheceu a vitória de Inácio da Silva (Chilcote, 1991). Em 1908, Ramiro Ribeiro, indicado por Inácio da Silva, perdeu para Aprígio Duarte Filho, oposição. Entre 1910 e 1912 há divergência de informações. Segundo Chilcote (1991) e Dourado (1983) o mandato de Ramiro Ribeiro foi de 1908 até 1910, ano de sua morte, e em 1911 aconteceram novas eleições. Já nos dados da Prefeitura Municipal, consta que o mandato de Ramiro Ribeiro foi de 1908 até 1912.

Em 1911, novamente, dois candidatos se reconhecem vitoriosos, Manoel Francisco de Souza Filho, apoiado por Inácio da Silva, e Aprígio Duarte Filho<sup>7</sup>, apoiado pelo coronel João Evangelista Pereira e Melo<sup>8</sup>. Segundo Dourado esse momento foi de tensão devido a influência de questões estaduais. A “Intervenção da Bahia” reconhece

---

<sup>7</sup> No livro “memória histórica de Juazeiro” (página 71), o autor João Fernandes da Cunha descreve a passagem de Aprígio Duarte na política juazeirense e lista os familiares deste que também ocuparam algum cargo político na cidade.

<sup>8</sup> A família *Pereira e Melo* foi unida através de casamento (Chilcote, 1991).



Aprígio Duarte Filho como prefeito<sup>9</sup>, que fica 12 anos na prefeitura. Segundo Chilcote (1991) isso ocorreu devido a censura que o governo de Aprígio impôs à imprensa local<sup>10</sup> e ao apoio que ele detinha da elite local. Apenas por motivos pessoais Aprígio Duarte Filho, em 1924, sai indicando Tito Nunes de Souza como seu sucessor. Tito termina o mandato, mas perde a eleição seguinte para Adolfo Viana. Todavia, Viana só assumiu o cargo em maio de 1924 quando o legislativo estadual o reconheceu como prefeito. Viana renunciou em 1926 e Leônidas Torres assumiu até 1928. Na última eleição durante a República Velha Miguel Lopes de Siqueira foi derrotado por Aprígio Duarte Filho, mas ambos assumiram o cargo e o legislativo baiano precisou, novamente, intervir reconhecendo a vitória de Siqueira. Ele se manteve no cargo até 1930, quando renunciou em virtude do conflito político entre as tradicionais famílias Souza e Evangelista.

Por fim, os dados da prefeitura nesse período indicam rivalidade entre as famílias mais destacadas e um posicionamento constante dos derrotados em não aceitar os resultados. O que exigia um posicionamento do legislativo estadual para resolver a situação. Entre 1892 e 1930 houveram seis famílias no cargo de prefeito<sup>11</sup>, com destaque para a família Vianna, presente na política do estado da Bahia.

Com Vargas à presidência, em 1930 a dinâmica da política municipal se altera, devido à maior centralização imposta pelo presidente. Em Juazeiro, há nomeação de interventores, nomeados pelos interventores estaduais. Para descrever esse momento, 1930-1945, apresenta-se a tabela abaixo.

---

<sup>9</sup> As informações sobre a auto proclamação dos candidatos são de Chilcote (1991) e os dados da ocupação do cargo bate com os informados nos relatórios oficiais.

<sup>10</sup> Marco desse período foi a criação do Jornal o Pharol de João Ferreira Gomes, que sempre sofreu forte pressões políticas pelas elites de Juazeiro e de Petrolina (Dourado, 1983; 1995; Chilcote, 1991).

<sup>11</sup> Essa característica se torna ainda mais relevante pelo posicionamento político da cidade vizinha de Petrolina (PE), que historicamente possui uma oligarquia mais fechada e de baixa competitividade (Chilcote, 1991).

**Tabela 2 - Prefeitos de Juazeiro-BA, 1930-1945**

Mandato	Prefeito	Família	Tipo de mandato	Partido
*1930-1933	Rodolfo Araújo	NI	**Nomeado	NI
*1933- Set 1937	Aprígio Duarte Filho	**Duarte	**Nomeado	NI
**1937	Alfredo Viana	**Viana	**Eleito	***PDJ
**Nov 1937-1945	Aprígio Duarte Filho	**Duarte	NI	NI
**1945	Ademoar Raimundo da Silva	NI	Sucessor de Aprígio Duarte	NI
*1945-1946	Dr. Edson Ribeiro	NI	NI	NI

Fonte: \*Prefeitura Municipal de Juazeiro Bahia.

\*\*Livro "Transição capitalista e a classe dominantes no Nordeste" de Ronald H. Chilcote.

\*\*\* Livro "Juazeiro da Bahia à luz da história" de Walter Dourado (1995).

Cabe destacar que 1930 é de tensão entre Juazeiro e Petrolina. Enquanto Juazeiro se posicionava contra o governo provisório, Petrolina apoia o governo central. A tensão acabou quando as forças "revolucionárias" atravessaram o rio e um interventor foi nomeado para prefeito em Juazeiro. Rodolfo Araújo teve um mandato instável e em 1933 renunciou. Aprígio Duarte Filho, volta ao cargo nomeado, quando, em 1937, é destituído pelo STE. Assim, Coronel Alfredo Viana é nomeado prefeito em 1937, sendo deposto dois meses depois em consequência do golpe de Vargas. Assim, Aprígio Duarte Filho reassume o posto apoiado pelo Governo do Estado e via fraude eleitoral. O STF intervém e reconhece a vitória de Alfredo Viana (Dourado, 1983). Nesse momento ocorre a primeira inscrição de um partido político na cidade, o PDJ (Partido Democrático Juazeirense).

Com a pressão pela renúncia de Vargas e de avanço democrático no país em outubro de 1945, Aprígio Duarte Filho é deposto (Chilcote, 1991). Seu sucessor interino,

Ademoar Raimundo da Silva ficou vinte dias no cargo<sup>12</sup> e foi substituído por Edson Ribeiro, que ocupou a prefeitura até 1946, quando renunciou para concorrer a deputado estadual. Esses entraves políticos locais são descritos por Chilcote como sendo “a política municipal fértil em facções e, conseqüentemente danosa, cada político prefere lutar por amortecer a influência da oposição do que em benefício dos negócios públicos”. Ou seja, de que existe na cidade diferentes frentes de luta política e que essas estão voltadas para conservação do seu próprio poder. Isto é, enquanto Petrolina caminhava em direção à construção de uma hegemonia política unitária e fechada, Juazeiro detinha disputas de grupos tradicionais à prefeitura. Em relação às famílias, a predominância na prefeitura é dos grupos Viana e Duarte, enquanto as demais concentraram seus esforços na câmara municipal<sup>13</sup> e áreas administrativas da cidade.

Nos anos que seguem houve eleição, devido breve democratização nacional. Nesse momento a Justiça Eleitoral foi instalada no município e iniciou-se a criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf<sup>14</sup>), instituição de forte papel econômico e político para a região. Os prefeitos do período são descritos na tabela abaixo.

**Tabela 3 - Prefeitos de Juazeiro-BA, 1946-1964**

*Mandato	*Prefeito	**Família	*Tipo de mandato	*Partido
1946-1948	Ludgero de Souza Costa	NI	NI	***PTB
1948-1951	Alfredo Viana	Viana	Eleito	UDN
1951-1955	Dr. Edson Ribeiro	NI	Nomeado pelo Governo do Estado	PL
1955-1959	José Padilha de Souza	NI	Eleito	NI
1959-1963	Alfredo Viana	Viana	Eleito	UDN-PL
1963-1967	Américo Tanuri	Tanuri	Eleito	PSD-PR

Fonte: \*Tribunal Regional Eleitoral da Bahia - TRE - BA. Tribunal Superior Eleitoral - TSE.

<sup>12</sup> Nos registros da prefeitura o período de Ademoar Raimundo no cargo não aparece, essa informação é do Chilcote (1991).

<sup>13</sup> Para mais informações ver o livro: Memória histórica de Juazeiro (Cunha, João Fernandes; 1978).

<sup>14</sup> A Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) foi fundada em 1945 mas destacou-se no período ditatorial de 1968 a 1974, época de censura e expansão econômica via aquisição de dívidas externas. A CHESF foi responsável pelas obras da barragem de Paulo Afonso e de Sobradinho (obra de maior importância da CHESF devido sua importância técnica de controle do volume plurianual do rio São Francisco).

\*\*Livro "Transição capitalista e a classe dominantes no Nordeste" de Ronald H. Chilcote.

O período inicia sem romper o mandato de Edson Ribeiro, que renuncia em 1946. Após isso, Ludgero de Souza<sup>15</sup> assumiu a prefeitura por dois anos. Segundo Dourado (1995) na eleição de 1947 Alfredo Viana, oposição representando a UDN, assumiu o cargo, reforçando a influência da família Viana, que também tinha membros como deputado federal e estadual. Na sequência, Edson Ribeiro volta via eleição e apoio dos Viana, situação que reforça os acordos locais em detrimento de valores partidários ou ideológicos específicos. Em 1955, José Padilha, anteriormente derrotado, venceu Alfredo Viana e nesse ano a câmara municipal tinha representantes de cinco partidos: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Republicano (PR) - família Viana, o PL, a UDN e PSD. Em 1958, com apoio da coalizão Aliança União Libertadora Democrática (AULD), e do PR, que possuíam 6 cadeiras na câmara, Alfredo Viana elegeu-se outra vez. Em 1962, Américo Tanuri ganha do candidato da família Viana, José Araújo Souza, e garante a predominância da família Tanuri na prefeitura. Desse modo, o período préditatorial foi de aparecimento de partidos políticos na cidade e de alguma rotatividade de grupos frente à prefeitura.

Durante o mandato de Américo Tanuri ocorre o golpe militar de 1964 e, como no restante do país, Juazeiro entra numa era centralizadora e autoritária. Segundo Silva (2002) é importante destacar “a relação entre Igreja Católica local e a política local” que é marcada por um novo atrito. Com os anos, a igreja se aproxima das classes mais populares, sobretudo de produtores e conforme o regime se torna mais opressor e avança a construção da hidroelétrica de sobradinho aumenta a posição do clero a favor da população<sup>16</sup> e por consequência da elite que defendia a construção por conta dos altos recursos públicos e cargos administrativos que seriam gerados (Chilcote, 1991). A cidade não fez combate ao novo regime, houve apenas uma divergência local interna, como a tabela abaixo esclarece.

<sup>15</sup> Não foi possível encontrar informações adicionais sobre Ludgero de Souza e como ele chegou ao poder.

<sup>16</sup> Destaque para figura política e religiosa de Dom José Rodrigues de Souza. Mais detalhes em: <https://www.youtube.com/watch?v=Y2JrwkFRTNM>

**Tabela 4 - Prefeitos de Juazeiro-BA, 1964-1988**

<b>Mandato</b>	<b>Prefeito</b>	<b>Família</b>	<b>Tipo de mandato</b>	<b>Partido</b>
1967-1971	Joca de Souza Oliveira	NI	Eleito	ARENA-2
1971-1973	Américo Tanuri	Tanuri	Eleito	ARENA-2
1973-1977	Durval Barbosa da Cunha	NI	Eleito	ARENA-1
1977-1981	Arnaldo Vieira do Nascimento	NI	Eleito	ARENA
1982-1988	Jorge Khoury Hedaye	NI	Eleito	PDI

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral da Bahia - TRE - BA. Tribunal Superior Eleitoral - TSE.

\*\*Livro "Transição capitalista e a classe dominantes no Nordeste" de Ronald H. Chilcote.

O golpe não alterou o mandato de Américo Tanuri e as eleições municipais continuaram. Em 1966 os dois partidos nacionais (MDB, oposição e ARENA, pró-governo) encontravam-se organizados na cidade. Enquanto o MDB não apresentava significância política, tendo membros eleitos na câmara de vereadores apenas no fim do período bipartidário, já a ARENA se estruturou de maneira fragmentada. A ARENA 1 era formada pelos aliados do grupo dos Viana e cujo candidato a prefeito era Rinaldo Oliveira de Menezes, e a ARENA 2 era formada pelos opositores à essa família, sobretudo por Américo Tanuri e do candidato a prefeito Joca de Souza Oliveira. Nessa eleição, os Viana perdem e a prefeitura é ocupada pelo candidato apoiado pela família Tanuri.

Em 1970 o caráter sectarista da ARENA é reforçado (Chilcote, 1991) e, novamente o candidato do grupo Viana à prefeito, Jaime Badeca de Oliveira, é derrotado. Américo Tanuri assume o cargo pela segunda vez, mas com dificuldades, pois, eles eram oposição ao governo estadual comandado por Antônio Carlos Magalhães (1971-1975). Outro fator eram as passagens partidárias oportunistas entre as duas ARENA devido à falta de consenso na política do município, resultando em dependência

em relação às decisões do estado. Isso marca as eleições de 1972, quando Arnaldo Vieira do Nascimento, candidato apoiado por Tanuri, perde para o ex-deputado estadual Durval Barbosa da Cunha, que ficou no cargo até 1977, mesmo depois da saída de Antônio Carlos Magalhães do governo estadual.

Em 1976, não foi possível identificar os dois grupos da ARENA na cidade. Arnaldo Vieira do Nascimento saiu vitorioso pelo partido e com o apoio do governador do estado da Bahia Roberto Santos (ARENA). Para 1983, num contexto de abertura partidária, vence as eleições o candidato do PDI (Partido Democrata Institucional), Jorge Khoury Hedaya. Ou seja, os dados desse momento descrevem que houve disputa para prefeitura. Todavia, isso ocorreu dentro da própria ARENA e era de origem familiar.

### **Petrolina no tempo e na política: dominação e tradição familiar (1895-1988)**

O primeiro registro oficial da localidade é de 1787, ainda sob o nome de Passagem de Juazeiro, em referência ao sítio, na outra margem do Rio São Francisco (Petrolina, 1995). A localidade foi separada de Santa Maria da Boa Vista em 1895, quando virou município. Até esse momento não há muitos relatos e estudos sobre como ocorreu o povoamento da região, apenas que a presença da igreja católica era intensa e que o comércio, resultado da estrada de Salvador até Juazeiro/BA, era fundamental. Diferente de Juazeiro, Petrolina teve um início urbano planejado e sua formação política e econômica era marcada pela presença de cinco famílias economicamente dominantes: Amorim, Cavalcanti, Coelho, Padilha, Santana de Souza (Chilcote, 1991; Santos, 2002, Santos 2013). Seguindo o padrão da sessão anterior, a tabela abaixo apresenta os prefeitos da cidade até 1930.

**Tabela 5 - Prefeitos de Petrolina entre 1895-1930**

<b>Mandato</b>	<b>Prefeito</b>	<b>Família</b>	<b>Tipo de Mandato</b>	<b>Partido</b>
1893-1895	Manoel Francisco de Souza Júnior	Souza	Nomeado	NI
1895-1898	Agostinho Albuquerque Cavalcanti	Cavalcanti	NI	NI
1898-1901	Lucindo Benício Rodrigues Coelho	Coelho	NI	NI
1901-1904	Inácio Rodrigues Bonfim	NI	NI	NI
1904-1907	José Francisco Albuquerque Cavalcanti	Cavalcanti	NI	NI
1907-1910	José Figueira Cavalcanti	Cavalcanti	NI	NI
1910-1912	Crispiano Crispim Coelho Brandão	Coelho	Eleito	NI
1910-1912	Cassimiro Gomes de Sá	Padilha	Assume em virtude de renúncia	NI
1912-1913	Antônio de Santana Filho	Santana (por Casamento)	Assume em virtude de renúncia	NI
1913-1916	Marcelino José Santana	Santana	NI	NI
1916-1919	Cel. Otacílio Nunes de Souza	Souza e Padilha (por casamento)	Eleito	NI
1919-1922	Pacífico Rodrigues da Luz	Souza e Padilha (por casamento)	Eleito	NI
1922- abril de 1927	Major Alcides Padilha	Padilha	Eleito e teve o mandato prorrogado até 1927	NI
1927-1928	Possídio Nascimento Coelho	Coelho	Eleito	NI
1928	João Francisco de Souza Filho	Souza e Padilha (por casamento)	Nomeação (presidente da câmara municipal)	NI
1928	Honório Ferreira	Santana (por Casamento)	Assume em virtude de renúncia	NI
1928-1930	João Clementino de Souza Barros	Souza e Coelho	Assume em virtude de renúncia	NI
1930	Antônio Coelho	Coelho	NI	NI

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos documentos fornecidos pelo Museu do Sertão e Biblioteca Municipal de Petrolina.

NI: Não informado

Até 1930, as famílias mais presentes na prefeitura foram os Souza, os Padilha e os Cavalcanti, enquanto as demais (Amorim e Coelho) se concentravam no âmbito econômico. Cabe destacar que nesse momento a família Coelho já traçava sua entrada na política formal. O patriarca da família, Clementino Coelho (Coronel Quelê), homem de negócios<sup>17</sup> e avesso à política formal, começa a preparar seus descendentes para esse processo (Chilcote, 1991). Por vezes, Clementino ocupou o cargo de vice-prefeito, mas sempre evitando assumir a prefeitura.

Como em Juazeiro, a cidade de Petrolina não apresenta registro de partidos políticos no período. Sem relatório eleitoral oficial até 1935, a bibliografia usada indica que as escolhas para prefeito ocorriam de maneira fechada, via nomeação direta ou eleição na câmara de vereadores. Outro ponto era a influência da igreja na esfera política, que, inclusive, ajudava na organização das eleições (Chilcote, 1991; Petrolina, 1995). O fim desse momento é de instabilidade política, pois houveram cinco prefeitos nos últimos dois anos.

Em 1930, com a ascensão de Vargas à presidência e sua política centralizadora, os grupos dominantes locais são incentivados a entrarem na política formal. É nesse momento, e também pelo código eleitoral de 1932, que a elite local se adapta para se manter no poder político (Serejo, 1979, Souza, 2001). Não bastava fazer parte da elite econômica, era necessário estar dentro do processo político formal, ocupando espaços. Assim, apadrinhamentos e casamentos se tornam prática política comum (Padilha, 1982; Chilcote, 1991; Santos, 2002) - aspecto muito mais marcante na cidade de Petrolina do que em Juazeiro. Para os mandatos de 1930 e 1945 foi elaborada a tabela abaixo.

---

<sup>17</sup>Em 1923, Clementino de Souza Coelho e Otacílio Nunes de Souza eram os homens mais ricos da cidade (Chilcote, 1991).



**Tabela 6- Prefeitos de Petrolina entre 1930-1945**

Mandato	Prefeito	Família	Tipo de Mandato	Partido
1930	José Rubens de Machado Filho	NI	Nomeado pelo exército	NI
1930-1934	Pacífico Rodrigues da Luz	Souza e Padilha (por casamento)	Nomeação pelo interventor	NI
1934-1936	José Pombo	Coelho (por Casamento)	Nomeado	NI
1935 a novembro de 1937	João Cardoso de Sá	Sá, Padilha e Coelho (por Casamento)	Eleito	PD
1937-1945	Pacífico Rodrigues da Luz	Souza e Padilha (por casamento)	Nomeação	PD
1945	Nestor Cavalcanti	Cavalcanti	Nomeação	PD
1945	Antônio Siqueira	NI	Nomeado pelo interventor	PSD
1945	Nestor Cavalcanti	Cavalcanti	Nomeado pelo interventor	PSD

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos documentos fornecidos pelo Museu do Sertão e Biblioteca Municipal de Petrolina. TSE/TRE 1935.

Na “Revolução de 30” a cidade de Petrolina e Juazeiro vivenciaram momentos de oposição, a primeira é ocupada por forças legalistas e a segunda por forças rebeldes (Sá y Brito, 1995). Durante esse atrito a prefeitura de Petrolina fica vaga e o exército nomeia José Rubens de Machado Filho, cujo mandato dura poucos meses. Na sequência, Pacífico da Luz é nomeado pelo interventor estadual. Quando renunciou, em 1934, o primeiro membro da família Coelho na prefeitura, José Pombo, (por casamento) assumiu o cargo, também nomeado. Nesse momento, o crescimento econômico (industrial e comercial) de Petrolina era notório.

Havia na cidade diversas fábricas, várias pertencentes aos Coelho, que também se destacavam pela administração de extensas propriedades rurais (Aquino, 2011). Assim, em pouco tempo Petrolina chega a um desenvolvimento próximo ao de Juazeiro.

De acordo com Chilcote (1991) e Aquino (2011), o Governo Vargas tinha conhecimento da rápida ascensão da cidade, o que tornava natural o interesse federal em saber quem ocuparia a prefeitura. Segundo Aquino (2011) é nesse momento (1930-1945) que a família Coelho estrutura sua base de apoio para futuramente fazer parte da elite política formal da cidade. Por enquanto, a disputa era entre Clementino Coelho, com maior poder econômico, e os Padilha, com maior poder político e apoiados pelos Cavalcanti.

Outro fator de impacto político era o clima local, de forte seca e que fortalecia a dominação das elites tradicionais sobre os marginalizados por meio de práticas coronelistas e medidas assistencialistas, especialmente por parte da família Coelho (Serejo, 1979; Chilcote, 1991; Aquino, 2011). Era comum episódios de distribuição de alimento aos carentes, oferta de emprego (a baixo custo) e compra de terras de pequenos produtores que não podiam se sustentar, também a valores injustos. Ademais, a industrialização e a perspectiva populista de valorização dos trabalhadores do Governo Vargas foi adotada pela família Coelho, que passou a ser vista como a defensora dos pobres e dos trabalhadores (Aquino, 2011, Souza, 2001).

O resultado é visto nas eleições de 1935, quando João Cardoso de Sá, representante das famílias Coelho e Padilha, vence como candidato único. Neste ano aparecem as primeiras inscrições partidárias na cidade: a legenda Petrolina Unida, dominada pelo PD (Partido Democrático), pró-governo, e o Integralismo, de oposição, que apenas apresentou candidatos para câmara de vereadores (Chilcote, 1991). Na sequência não há eleição e é nomeado Pacífico da Luz, agora representando os Padilha, próximo ao PD e a vereadores do PSR (Partido Social Republicano) (Chilcote, 1991). Em 1945 Nestor Cavalcante assume a prefeitura, sendo afastado por um breve momento (Sá y Brito, 1995).

Sobre os mandatos de Pacífico da Luz e Nestor Cavalcante não há registro oficial de eleições, embora Chilcote (1991) e Sá y Brito (1995) afirmam que foi via processo eleitoral. Ou seja, entre 1930 e 1945 Petrolina tem seus primeiros registros partidários embora fazer parte de um partido político não significa-se compartilhar a mesma linha de pensamento sobre assuntos sociais, políticos e econômicos, mas uma “formalidade” para que a elite se aproximasse da política (Aquino, 2011).

Em 1945, uma nova Carta Constitucional Brasileira, mais democrática, é elaborada. Essa mudança e a disputa política entre famílias faz que 1947 seja o primeiro

embate democrático local. Segundo Serejo (1979), essa eleição é influenciada pelas eleições estaduais, cujos governador e candidatos ao governo estadual estão preocupados em obter apoio no interior do estado. Assim, evidenciando a importância dos coronéis na política local (Serejo, 1979). Uma vez que são essas personalidades que agregam o eleitorado ao oferecer trabalho, produtos e favores - como era o caso das famílias Coelho, Cavalcanti, Souza e Padilha (Queiroz, 1976; Serejo, 1979; Chilcote, 1991). Na sequência, a próxima tabela descreve os prefeitos entre 1946 e 1963.

**Tabela 7- Prefeitos de Petrolina entre 1946-1963**

MANDATO	PREFEITO	FAMÍLIA	TIPO DE MANDATO	PARTIDO
1946-1947	Darci Almeida	NI	Nomeado pelo interventor do estado	NI
1947	Joaquim André Cavalcanti	Cavalcanti	Nomeado pelo interventor do estado	NI
1947	Raimundo Santana	Santana	Nomeado pelo interventor do estado	NI
1947-1951	João Ferreira da Silva (Barracão)	Barracão	Eleito	PDC
1951-1952	Ulisses Lustosa de Carvalho Pires	Coelho (por casamento)	Eleito	ADP
1952	João Ferreira Gomes	Souza (por casamento)	Assume em virtude de renúncia	NI
1952-1955	José Almeida da Silva	Padilha	Eleito	PSD
1955-1959	José de Souza Coelho	Coelho	Eleito	PR
1959-1963	Luís Augusto Fernandes	Coelho (por casamento)	Eleito	PSD

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos documentos fornecidos pelo Museu do Sertão e Biblioteca Municipal de Petrolina. TSE/TRE 1947; 1951; 1953; 1955; 1957; 1959.

No início de 1947 há elevada rotatividade no cargo de prefeito, todavia nesse mesmo ano o TRE de Pernambuco organiza novas eleições e João Ferreira da Silva, conhecido como “Barracão”, venceu pelo Partido Democrata Cristão (PDC). Em 1951 é feito um acordo político entre a família Barracão e Coelho, incentivada pelo governo estadual que pressionava por um candidato único de frente na disputa à prefeitura (Chilcote, 1991). Assim, venceu o “Major” Ulisses Lustosa de Carvalho Pires pela Aliança Democrática de Petrolina (Sá y Brito, 1995). Porém, ele ficou apenas um ano no cargo, quando João Ferreira Gomes assumiu a prefeitura, mas sem registro partidário e, também, por pouco tempo (Chilcote, 1991).

Em 1952, é eleito o último membro da família Padilha, José Almeida da Silva pelo PSD. Em 1955, José de Souza Coelho, filho do Coronel Quelê, foi eleito pelo PR (Partido Republicano). É nesse ano que a família Coelho inicia seu processo de “dominação política” frente à prefeitura. Na eleição de 1959 concorrem dois candidatos: Luís Augusto Fernandes, casado com Lêda Coelho (neta de Clementino Coelho), pelo PSD, e João Batista Cavalcanti Alves, pela UDN. Com a vitória da família Coelho, chega-se em

1964 com um padrão político hegemônico e fechado, sendo os Coelho o principal grupo na frente à prefeitura.

Segundo Dantas (1987), é nesse período que começa a desaparecer a figura do coronel tradicional para o aparecimento do neocoronelismo (Dantas, 1987). Aquilo que antes era marcado por características rurais e de grandes propriedades, cedeu espaço para uma configuração urbana e de cunho industrial<sup>18</sup>. Isso não apagou a herança do coronelismo tradicional, que deixou marcas como: i) o voto personalista em detrimento do voto partidário, ii) valores autoritários e o mandonistas para a resolução de problemas sociais, políticos e econômicos; iii) políticas clientelistas; e iv) o privatismo (Chilcote, 1991). Em termos partidários, isso se ampliou.

Considerando a câmara de vereadores em 1947 estava o PDC e o PSD; em 1951, três: PSD, a UDN e o PTB; para 1955, apenas dois: a UDN e o PR; em 1959, novamente três: PSD, UDN, PRT (Partido Republicano Trabalhista); e, em 1963, apenas o PSD e o PTB. Sendo que a família Coelho sempre esteve próxima ao PSD, partido mais forte pré 1964. Assim, o ciclo termina quando Luiz Augusto Fernandes (Coelho por casamento), chega à prefeitura e outros membros ocupam a câmara municipal e a assembleia estadual. Ou seja, a partir de 1955 a hegemonia política da família Coelho se solidifica e chega-se a 1964 com uma estrutura política fechada, tradicional, pautada em troca de favores, acordos por consanguinidade e baixa presença de partidos políticos. Dando sequência, a tabela abaixo descreve as pessoas à frente da prefeitura entre 1964 e 1988.

**Tabela 8- Prefeitos de Petrolina entre 1964-1988**

<b>MANDATO</b>	<b>PREFEITO</b>	<b>FAMÍLIA</b>	<b>TIPO DE MANDATO</b>	<b>PARTIDO</b>
1964-1969	José de Souza Coelho	Coelho	Eleito	PSD
1969-1972	Simão Amorim Durando	Amorim	Eleito	ARENA
1973-1976	Geraldo de Souza Coelho	Coelho	Eleito	ARENA
1977-1982	Diniz de Sá Cavalcanti	Cavalcanti	Eleito	ARENA
1983-1988	Augusto de Souza Coelho	Coelho	Eleito	PSD

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos documentos fornecidos pelo Museu do Sertão e Biblioteca Municipal Cid Carvalho e pelo TSE/TRE de 1963; 1968; 1977; 1982.

<sup>18</sup> Isso pode ser observado na leitura do jornal “O Pharol”, que circulou entre 1915 e 1989. Exemplos disponíveis em: <https://opharolwebsite.wixsite.com/acervo>. Em relação à esfera comercial e a família Coelho, Chilcote (1991) afirma que uma das profissões mais comuns entre os prefeitos de Petrolina até 1970 era “funcionário da empresa dos Coelhos” (CHILCOTE, pg. 120, 1991).

As mudanças causadas pelo Golpe Militar de 1964 não impactam na estrutura política da cidade. Em 1963 José Souza Coelho, pelo PSD, ganha com mais do dobro de votos. As eleições de 1968, já no modelo bipartidário, apresentaram apenas um candidato à prefeitura. Simão Amorim Durando, apadrinhado pelos Coelhos, venceu pela ARENA, antigo PSD. Em relação a votação de 1972, o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco não apresentou os relatórios solicitados, dessa forma não há registro do processo. Contudo, sabe-se que Geraldo de Souza Coelho, filho de Quelê, dava sequência ao governo anterior, em termos familiares e partidários. Em 1976, o MDB apresenta candidato à prefeitura, José Walter Lubarino dos Santos, que perde para Diniz de Sá Cavalcanti, com o apoio dos Coelhos. Em termos partidários Petrolina segue o padrão nacional, com o fortalecimento do partido de oposição ao governo militar, o MDB, que elege um vereador pela sigla. A diferença entre as cidades está no fato de que a elite de Petrolina caminha unida e de maneira oligárquica bastante fechada, enquanto em Juazeiro há disputa entre grupos oligárquicos.

Esses dados corroboram para aquilo que Chilcote (1991) chama de “quase monopólio exclusivo” da família Coelho na prefeitura. Em 1982, isso fica mais nítido quando a família apresenta dois candidatos à prefeitura. Augusto de Souza Coelho, pelo PDS, e Joaquim Florêncio Coelho pelo PMDB. Vence a eleição o candidato do PDS, próximo a ala política mais tradicional da família e apenas esses dois partidos apresentam candidatos para câmara de vereadores<sup>19</sup>. Assim, pode-se concluir que o cenário continua de baixa relevância para os partidos políticos e elevada importância de aspectos tradicionais. A família Coelho, que já se encontrava numa posição política confortável adquire mais espaço no período militar, sobretudo fora da cidade.

Com relações sólidas com a elite política de Recife, o destaque é Nilo Coelho<sup>20</sup> que em 1955 foi a figura política mais importante da família, ocupando espaço na esfera estadual e, mais adiante, na federal (governador biônico entre 1967/71, e Senador biônico em 1978). A presença de Nilo nesses cargos faz com que os olhos de Brasília se voltem, ainda mais, para Petrolina. Como resultado, segundo Chilcote (1991), o período

<sup>19</sup> Dos 12 vereadores eleitos, 8 são do PDS e 4 do PMDB.

<sup>20</sup> Filho de Clementino Coelho, foi deputado estadual, deputado federal e secretário da Fazenda do Estado de Pernambuco durante a ditadura.

militar foi de especial crescimento estrutural na cidade. Houve a pavimentação da estrada até Recife, programas de irrigação na produção agrária, inauguração da Chesf Sobradinho<sup>21</sup> e do Aeroporto Internacional Nilo Coelho. O crescimento da cidade ocorre de maneira tão profícua que é nesse período que Petrolina ultrapassa, oficialmente, Juazeiro (BA) em termos de desenvolvimento.

Em termos partidários, o partido mais relevante no momento pré-golpe foi o PSD, que se vincula ao ARENA durante o momento bipartidário, e que em 1983 volta a ser PSD. Assim, o fim do período ditatorial é marcado pelo continuísmo familiar e partidário. Ou seja, Petrolina tem uma formação política nos moldes do que Dahl chama de modelo oligárquico fechado (Dahl, 1997). Desse modo, chega-se a 1988 em um panorama de continuísmo de valores tradicionais. Terminada essa primeira análise, a próxima seção analisa o cenário político da cidade entre 1988-2016.

### **A política do Sertão em dias recentes**

Nesta seção, o objetivo é compreender como Juazeiro e Petrolina se estruturam politicamente em décadas atuais. Considerando que desde 1988, O Brasil passa a ser regido por uma constituição republicana, democrática, que valoriza os partidos políticos, a existência de ideologias e um presidencialismo de coalizão. Assim, a finalidade é verificar como as cidades caminharam após essas mudanças. Para isso, será descrito as pessoas e os partidos presentes no cargo de prefeito, para então verificar se existem indícios de acordos com a esfera estadual e federal. Lembrando que Juazeiro chega a esse momento com uma “leve” competição local pelo cargo de prefeito, enquanto Petrolina tem sua política materializada de forma oligárquica e fechada, com a predominância de uma única família frente ao cargo. Para descrever o momento segue o quadro abaixo:

---

<sup>21</sup> Sobradinho é uma cidade limítrofe com Petrolina que durante a ditadura militar entrou no plano econômico do governo para construção dessa nova barragem que hoje auxilia diretamente na irrigação dos plantios de Petrolina e Juazeiro.

**Quadro 1- Prefeitura comparada entre 1992-2020**

Eleição	Juazeiro					Petrolina						
1992	Misael Aguiar Silva Junior (PFL)					Fernando Bezerra Coelho (PMDB)						
1996	Rivadário Espinola Ramos (PFL)					Guilherme Coelho (PFL)	PRN	PAN	PL			
							PPS	PST		PSBD		
2000	Joseph Wallace Farias Bandeira (PT)					Fernando Bezerra Coelho (PPS)	PTB	PT do B	PHS	PSL	PST	
							PAN	PSDB	PV	PT	PC do B	
2004	Misael Aguiar Silva Junior (PFL)					Fernando Bezerra Coelho (PPS)	PSL	PAN	PRONA			
							PRTB	PRP	PSDB	PV		
2008	Isaac Cavalcante de Carvalho (PC do B)					Júlio Lôssio (PMDB)	PSDB					
2012	Isaac Cavalcante de Carvalho (PC do B)					Júlio Lôssio (PMDB)	PSDB	PMN	DEM			
2016	Marcus Paulo Alcântara Bonfim (PC do B)	PSD	PSL	PR			Miguel Coelho (PSB)	PRP	PSD	DEM		
		PP	PRB	PROS				PEN	PRTB	PSDC		
		PSC	PT	PC do B				PSC	PTC	PR		
		PDT	PTB					SD	PV	REDE		
2020	Suzana Alexandre de Carvalho Ramos (PSDB)	PROS	Patriota	PRTB	PTC	Solidariedade	Miguel Coelho (MDB)	PSDB	PDT	PPL		
		PV	PSDB	Rede	PDT	PTB		PSDB	PSC	REP		
								PEN	PRTB	PSDC		
		PV	PSDB	Rede	PDT	PTB		PTB	PRTB	PROS	Patri	
									DEM	PTB	Avante	
SD	PV	REDE										
		Extrema-direita				Centro		Centro-esquerda				
		Direita				Centro-direita		Esquerda				

Fonte: elaborada pela autora (TSE, 1992-2020)

Como é possível observar, o quadro acima apresenta as cidades de maneira comparada. Para a análise ideológica foi empregado a categorização de Codato, Berlatto, Bolognesi (2018) e Codato, Ribeiro, Bolognesi (2020), sempre respeitando os anos de classificação, ou seja, se houve mudança ideológica do partido avaliado. Em outras palavras, a tabela esclarece as pessoas que estão no cargo, seus partidos e coligações.

Em relação a Juazeiro, o primeiro ponto a ser destacado é que embora a última prefeita eleita, Suzana Ramos, seja sobrinha de Rivadávio Ramos, os dados não indicam uma predominância familiar sobre a política local. Em termos político-partidários, houve mudança de posicionamento ideológico ao longo dos anos. Aqui é importante enfatizar, novamente, que o artigo diz respeito a duas cidades de médio porte em termos econômicos, cuja dimensão influencia em aspectos nacionais, e populacionais, ou seja, que são um foco eleitoral importante dentro dos seus estados. Ademais, a região possui empresas pelas quais passam alta soma de dinheiro público, como é o caso da CODEVASF. O que torna tais cidades foco de interesse por parte de partidos políticos e candidatos em busca de votos, cargos administrativos ou de verba (orçamento).

Em Juazeiro, a ocupação inicial da prefeitura no período ocorre por um partido de direita, o mesmo que estava no governo do Estado no ano de 2002. Na sequência, o Partido dos Trabalhadores, que amplia sua participação na esfera federal, é eleito, todavia, apenas por um mandato na cidade. Depois, Misael Aguiar Silva Júnior é o último candidato do PFL, direita, a assumir o cargo, que, então, é ocupado por três eleições consecutivas pelo PC do B, de esquerda. Cabe salientar que, desde 2002, o governo do estado da Bahia é ocupado pela esquerda e o governo Federal, presidência, está na coordenação do PT. Outra observação é que em 2016 a ocupação da prefeitura não foi de partido único, mas por uma coligação de 10 partidos, sendo 7 de direita, um de centro e os demais de esquerda - indicando uma possível mudança de posicionamento ideológico.

Em 2020, Suzana Ramos é eleita por um partido de centro. Cabe destacar que, durante sua campanha, seu discurso nunca foi de rompimento com a esquerda, mas de mudanças. Tal situação pode ser um reflexo da política nacional, estruturada numa situação de dicotomia política em que predomina o “não aceite” do partido do Presidente Lula. Ademais, após o golpe de 2016, o Brasil passa um momento com partidos de centro na presidência para, então, migrar para uma direita autoritária. Contudo, para cargos estaduais e federais o apoio local à esquerda ainda era elevado.

Em Petrolina, a situação é diferente em termos ideológicos e de disputa local ao cargo de prefeito. O pós 1988 é de continuísmo político local, fortalecida e consolidada a família Coelho vence todas as eleições, direta ou indiretamente, até 2020. Sendo que na última, Miguel Coelho atingiu mais de 68% dos votos válidos. Ou seja, os dados



indicam que predomina na cidade um voto tradicionalista, pois os partidos que ocupam o cargo mudam, os dirigentes não. No campo ideológico cabe destacar que com a abertura política a família Coelho se divide, ocupando o espaço ideológico da direita e da esquerda. À esquerda, o grupo é liderado por Fernando Bezerra Coelho e, à direita, por Guilherme Coelho. Até 2004, a família sempre apresentou dois candidatos à prefeitura, um de cada grupo. Todavia, isso não implica em uma real divisão ideológica, mas um continuísmo na tentativa de impossibilitar o aparecimento de novos atores políticos locais relevantes (Viscarra, Ferreira, 2021). Ademais, dessa maneira, a proximidade com o governo estadual e federal se tornava mais viável, pois independente do partido ou coligação nesses espaços a família tinha como conduzir sua aproximação seja via eleição ou ocupação de cargos públicos e/ou políticos. Assim, segue a mesma dinâmica promovida durante o período militar, porém agora de forma mais complexa.

Em anos mais recentes, a família apresenta apenas um candidato por eleição à prefeitura, mas com coligação partidária ampla e frequente troca de partido por parte do candidato eleito. Exemplos disso são o comportamento de Fernando Bezerra Coelho, sempre próximo ao governo federal, seja ele de esquerda ou direita, e Miguel Coelho, que passou por mais de 4 partidos nos últimos anos. Por último, o próximo quadro exclui as pessoas no cargo de prefeito e apresenta os partidos e coligações na esfera estadual e federal em comparação com aqueles que ocupam o governo municipal.

**Quadro 2- Ideologia comparada:**

Ano	Presidente	Governador	Prefeitura Juazeiro	Governador	Prefeitura Petrolina
1999	PFL	PFL	PPR	PV	PTB
99		PTB	PP	PPS	PDT
2011		PL	PSC		
99	PTB	PFL	PFL		PMDB
99					
2004	PSDB			PSB	PMN
					PC do B





		Rede	Agir		PSD		PROS	Rede				PSC	Avante
2													
0		Avante	PROS		Avante		PTC					REP.	PV
2					MDB		PV					PRTB	REDE
2			Solidariedade					PRTB				PROS	PDT
Centro Esquerda					Centro					Direita			
Esquerda					Centro Direita					Extrema Direita			

Embora parte da análise ideológica desse quadro tenha sido introduzida anteriormente, ao falar das pessoas que ocupam o cargo de prefeito, é relevante observar que coligações estão presentes desde 1992 na região, sobretudo em Petrolina. Isso porque até 2014, a prefeitura de Juazeiro fora comandada por um sistema de partido único, ora de esquerda, ora de direita. Considerando o partido — e a coligação — na presidência verifica-se que até 2014 os partidos presentes na prefeitura de Juazeiro eram inicialmente de direita, migrando para a esquerda em 2000 e, depois, novamente em 2008. Em 2016, formou-se a primeira coligação com partidos de centro, esquerda e direita, para na última eleição a candidata ser de centro com uma coligação mista.

Em 2016, quando a presidência é assumida pela direita, Juazeiro segue à esquerda enquanto Petrolina ainda se posiciona ao centro. Em 2020, é o momento de Juazeiro se colocar mais ao centro ideológico. Como já afirmado, a nova Prefeita não visa rupturas com a política partidária até então dominante, mas se propõe a mudanças — situação compreensível, uma vez que os votos locais à presidência e ao governo do estado são na sua maioria favoráveis aos candidatos do PT.

Em Petrolina, a dinâmica segue sendo aquela do seu passado: evitar atritos. Assim, os candidatos eleitos, sempre da mesma família, até 2016, são na maioria de centro com coligação de direita. Com exceção ao mandato de 2008, composto apenas por partidos de centro. O mandato de 2016 na prefeitura foge a curva, por ser de esquerda e coligação de direita e centro. Em 2020, acompanhando a chegada do candidato do PSL à presidência, o ocupante da prefeitura também é de direita. Já a sua coligação, com 14 partidos, tem apenas um de esquerda. Cabe lembrar que o atual

prefeito, Miguel Coelho, e seu pai, Fernando Bezerra Coelho, não possuem um posicionamento ideológico definido, sempre tentando se posicionar da maneira mais cômoda para estar próximo aos legislativos federais.

Na comparação entre prefeitura com os governos estaduais, a análise das coligações ganham maior importância devido a necessidade de apoio dos cargos para deputados estaduais e federais que precisam para se eleger. Em Juazeiro, observa-se uma confluência entre essas duas esferas, que é diminuída apenas em 2004, quando prefeitura e governo estadual estão em lados ideológicos contrários. Em Petrolina, embora a política estadual seja de forte importância, a oligarquia local sempre manteve seus olhos mais atentos ao governo federal. Até 2002, a prefeitura e o governador estavam próximos em termos ideológicos. Para os próximos 14 anos, até 2016, a prefeitura esteve posicionada ao centro enquanto o governo estadual (e o federal à esquerda). Em 2020 Miguel assume a prefeitura por um partido de direita, mas após a posse muda para outro de centro-direita. Enquanto isso, sua coligação não rompe com o PDT, único grupo de esquerda da sua coligação.

### **Considerações finais**

Embora o nordeste seja um dos polos eleitorais mais numerosos do Brasil, pouco se sabe sobre a estrutura política do interior dessa localidade. Em relação às cidades em questão, cabe destacar que o nordeste brasileiro é a segunda região menos desenvolvida do país, perdendo apenas para a norte. Esse cenário é mais grave no Sertão, que com um clima seco e um histórico de “quase esquecimento” por parte de políticas sociais longevas, bem estruturadas e duradouras, vive uma situação de extrema desigualdade. Contudo, a realidade de Juazeiro e Petrolina se diferencia dos municípios em seu entorno.

Desde o início do século XXI, Petrolina possui dados e crescimentos superiores a Juazeiro, cidade responsável pela criação do município pernambucano. Ou seja, essa pesquisa tratou de descrever a consolidação de um setor político importante do nordeste brasileiro, tanto em dados eleitorais como econômicos. Contudo, o panorama de desenvolvimento acima da média nordestina dessas duas cidades não se reflete em âmbito político, sobretudo quando o foco está na qualidade democrática instaurada.

Isso porque os avanços de Petrolina ocorreram sem a fortificação de um sistema democrático consistente e positivo, pois impera desde 1950 uma oligarquia cada vez mais fechada. Ou seja, mesmo que se observe o aparecimento de partidos políticos e coligações partidárias nas eleições locais, isso não significa que de fato a situação política local tenha se tornado mais democrática - uma vez que não há uma competição na cidade. Do outro lado do rio, Juazeiro, que conta com dados sociais mais modestos, possui uma dinâmica política mais intensa.

Desde muito cedo, a política de Juazeiro é marcada pela existência de uma disputa local, primeiramente entre grupos tradicionais e, depois, em termos partidários. Embora a bibliografia esclareça que os políticos se aproximavam de partidos por questões de interesse e amizade — e não por questões ideológicas — a cidade nunca foi dominada por um único grupo local tradicional. Juazeiro sempre manteve presente uma competição eleitoral, até mesmo durante a ditadura militar. Em termos ideológicos, também existe diferença entre as cidades.

No pós 1988, Juazeiro, com seu perfil mais definido, se localiza inicialmente à direita e depois à esquerda do bloco ideológico, tendo grupos de coalizão, apenas, desde 2016 para cá. Já os dados de Petrolina indicam um posicionamento mais personalista e ideologicamente menos definido. Uma vez que no município a competitividade eleitoral à prefeitura é praticamente nula e, em termos ideológicos predomina, até 2016, o posicionamento de centro, depois de esquerda e por último de direita, quando o Brasil passa por um processo de desgaste do PT e ascensão da direita na presidência.

Também cabe destacar que a esquerda nunca perdeu seu espaço junto aos eleitores dessas cidades. Nas últimas eleições presidenciais, 2018, o candidato do Partido dos Trabalhadores para presidente foi o vencedor em ambas as cidades e turnos. Ou seja, hoje o sertão possui como seus principais “players” políticos duas cidades que, embora próximas, possuem um passado e um cenário político atual bastante diversos. Petrolina, avança por saber fazer um jogo político institucional de “neutralidade” em prol de sua oligarquia, sempre se adaptando ao contexto e mantendo proximidade com as outras esferas, em especial a federal. Enquanto Juazeiro possui uma democracia mais vibrante em termos de candidatos e conta com uma recente história de formação de coligações locais e maior proximidade com os governos estaduais. Por fim, os resultados aqui apresentados ainda dependem de análises mais profundas, uma vez que, dentre

outros pontos, a pesquisa não teve condições de analisar o voto com base na avaliação e percepção do próprio eleitorado dessas cidades.

## Referências

ALMEIDA, Helga; VISCARRA, Simone. Sertão nordestino no combate à Covid-19: Juazeiro (BA) e Petrolina (PE). In ROCHA, Marta. Os governos municipais frente ao Coronavírus. Núcleo de Estudos sobre Política Local 2020. <https://nepolufjf.wordpress.com/2020/04/13/sertaonordestino-no-combate-a-covid-19-juazeiro-ba-e-petrolina-pe>. Acesso em 09/02/2021

AQUINO, Thulio André Moura de. Caminhos do poder: Práticas Políticas da Família Coelho na Cidade de Petrolina-PE, 1930-1947. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. Disponível em: RI UFPE: Caminhos do poder: Práticas Políticas da Família Coelho na Cidade de Petrolina-PE, 1930-1947

BARACUI, C. M. S. Cavalcante. Desfolhando árvores: história e genealogia de famílias nordestinas. Recife: Editora Tarcísio Pereira, 2014.

BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo A. ; CODATO, ADRIANO . Esquerda, centro ou direita. Como classificar os partidos no Brasil. UOL eleições, 24 nov. 2020.

CHILCOTE, R. H. Transição capitalista e classe dominante no Nordeste. São Paulo: T.A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

CODATO, A.; BERLATTO, F.; BOLOGNESI, B. Tipologia dos políticos de direita no Brasil: uma classificação empírica. *Análise Social*, Lisboa - Portugal, LIII v. 4, n. 229, p. 870-897, 2018.

DAHL, R. A. Poliarquia: participação e oposição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

DANTAS, Ibarê. Coronelismo e dominação. Universidade Federal de Sergipe, PROEX/CEACAC/ Programa Editorial, 1987; Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/vida/noticia/2012/01/no-reino-dacoelho.html>. Acesso em 11/02/2021.

DOURADO, Walter C. Juazeiro da Bahia à luz da história: esboço histórico e descrição dos fatos conexos, da Colônia à República. Juazeiro da Bahia, 1983.

DOURADO, Walter C. Juazeiro da Bahia à luz da história: esboço histórico e descrição dos fatos conexos anos 1930 a 1967. Juazeiro da Bahia, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2017). Cidades: Petrolina. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/petrolina/panorama>>. Acesso em: 28 fev. 2021

LEAL, V. N. Coronelismo, enxada e voto: o município e o sistema representativo no Brasil. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1976.

LIMA JUNIOR, O. B. de. Os Partidos Políticos Brasileiros: A Experiência Federal e Regional (1945-64). Rio de Janeiro: Graal, 1983.

OLIVEIRA, J. V. Cooperação intermunicipal abrangente? O caso da RIDE Petrolina Juazeiro. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Centro de artes e comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/15164>>. Acesso em: 26 mai. 2020.

RAMOS, Rivadávio Espínola. Convivendo com a memória. Juazeiro: 2014, 294p.

SÁ Y BRITO, Maria Creusa. Petrolina. Origem, fatos, vida, uma história. Petrolina: Tribuna do Sertão, 1995.

SANTOS, R. A. B. Nas sombras da família Coelho: a dinâmica de uma dominação política. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

SANTOS, Ruyter Antonio Bezerra dos. Neocoronelismo, aspersor e voto. Estudo de caso sobre a herança do coronelismo e o poder local da família Coelho em Petrolina. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p. 143. 2002.

SEREJO, T. C. L. de. Coronéis sem patente: a modernização conservadora no sertão pernambucano. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1979.

SOUZA, João Morais de, As práticas do coronelismo: estudo de caso sobre o domínio dos Coelho em Petrolina-PE. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco. 2001.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (2016). Súmula-TSE nº 6. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/sumulas/sumulas-do-tse/sumula-nb0-6>>. Acesso em: 15 de mai. 2020.

VISCARRA, S. P.; FERREIRA, M. G. S. . Eleições, partidos e ideologia política no interior do Brasil. AGENDA POLÍTICA, v. 9, p. 226-252, 2021.